



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

ATA DA 200ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2023

Em 18 de julho de 2023, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Representantes do poder público: Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Sérgio de Paula e Silva Júnior, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Solimar Assis, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Daniela Fernandes César, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Henriqueta Vasconcelos Lemos Correia, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Marilene Fabri Lima, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese); Frederico Amaral e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Ivan Tavares de Melo Filho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Reges Moisés dos Santos, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Carlos Eduardo Lopes, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec); José Tarcísio Caixeta, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); João Augusto de Pádua Cardoso, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Sílvia de Freitas Xavier, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Neide Mateus Rodrigues, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Julio Cesar Nery Ferreira, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); Flávia Mourão Parreira do Amaral, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sérgio Marcio Cappai Nésio, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental; Fernando Benício de Oliveira Paula, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Ronaldo Costa Sampaio, da Associação Mineira Lixo Zero (Amliz); Helene Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Helene Maia de Proteção à Biodiversidade (IHMBio); Bruno Rocha de Melo, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar-MG); Tamires Mousslech Andrade Penido, do Instituto Antônio Ernesto de Salvo (Inaes); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Fábio Salles Meirelles Filho, da Associação dos Produtos de Soja, Milho, Sorgo e Outros Grãos Agrícolas do Estado de Minas Gerais (Aprosoja); Maria Emília Borges e Borges, da Associação Brasileira de Engenheiros Civis (Abenc). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a presidente Marília Carvalho de Melo declarou aberta a 200ª reunião do Plenário do COPAM. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula: “Primeiro, eu queria saudar todos os membros do Plenário. Gostaria de apresentar uma proposta para aperfeiçoamento do processo de licenciamento no Estado de Minas Gerais, conforme é permitido pelo Regimento. E a proposta que eu estou no momento transcrevendo no chat refere-se ao aperfeiçoamento referente ao recente estado pandêmico a que foi acometida toda a nossa sociedade. Que se levem em consideração os três anos de estado pandêmico da Covid-19 e suas variantes para os processos apresentados de 2019 a 2021, para avaliação de todos os processos, considerando que nesse período, seguindo as considerações da OMS, os empreendedores ficaram com suas atividades paralisadas e ou prejudicadas, razão pela qual deve-se avaliar e flexibilizar, no que tange à temporalidade, os prazos para apresentação de informações complementares nesse período, regeneração de mata nativa, execução de condicionantes e prioridade de pautas nas diversas Câmaras e nos Comitês de Bacias Hidrográficas de forma ampla, geral e irrestrita. Esse pedido, senhora secretária, vem do clamor da sociedade perante os diversos processos que foram

apresentados nesse período e que tiveram a Covid-19 como um contratempo que impossibilitou diversos empreendedores, seja pessoa física ou pessoa jurídica, de cumprir condicionantes e impedir que a sua área produtiva ficasse sem ser trabalhada; e com isso tiveram a sua vegetação nativa restaurada e assim caracterizada como sem nenhum tipo de atividade nesse período, o que vem prejudicando a análise dos processos. E também o pedido visa, apesar de todos os processos nesse período que o governo tomou, dar uma justiça na aceleração desses processos que ficaram em trâmite nesse período. Agradeço, senhora presidente.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheiro. Nós vamos registrar a sua proposição e encaminhar para a equipe técnica do licenciamento uma avaliação técnica e jurídica também pela nossa Procuradoria. E damos o retorno na sequência.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Boa tarde a todos. Senhores conselheiros, considerando que nós estamos no novo mandato, eu vou projetar para os senhores a agenda das próximas reuniões do Plenário do COPAM. As próximas reuniões programadas ocorrem todas às quartas-feiras, às 14h. A próxima reunião é setembro, dia 13, e, posteriormente, dezembro, dia 13 também. Lembrando que esta agenda está disponível no site da SEMAD, canto esquerdo inferior, ‘COPAM’, juntamente com os documentos de todo Colegiado. Lembrando que esta é uma agenda de reuniões ordinárias e que, havendo a necessidade de reuniões extraordinárias, vai estar também disponível no site, em conformidade com a convocação da pauta, publicada no ‘Diário Oficial’. Dúvidas, nós estamos à disposição.” **5) EXAME DA ATA DA 199ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 199ª reunião do Plenário do COPAM, realizada em 15 de março de 2023. Votos favoráveis: SEMAD, Seapa, SEE, Seplag, Seinfra, Sede, Segov, PMMG, MPMG, ALMG, AMM, ACMinas, Faemg, Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria, Fetaemg, Ibram, CMI e Abes. Abstenções: SES, Crea, Instituto Espinhaço, Zeladoria do Planeta, IHMBio, Senar, Inaes, SME, Aprosoja, Abenc, Sedese, Cedec e Amliz. Ausências: Secult, SEF, MMA, Fiemg e Sesi. Justificativas de abstenções. Conselheira Daniela Fernandes César: “Eu vou me abster porque não estava presente na reunião.” Conselheiro José Tarcísio Caixeta: “Abstenção por não estar presente na reunião.” Conselheiro Sérgio Marcio Cappai Nésio: “O Instituto Espinhaço vai se abster por não estar presente na última reunião.” Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula: “Eu vou me abster por não estar presente na última reunião.” Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento: “Abstenção por não ter participado da última reunião.” Conselheiro Bruno Rocha de Melo: “Abstenção por não fazer parte do Plenário.” Conselheira Tamires Mousslech Andrade Penido: “Eu prefiro me abster também por não participar da reunião passada.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Abstenção por a SME não compor o Plenário do COPAM na gestão anterior.” Conselheiro Fábio Salles Meirelles Filho: “Nós nos abstemos de votar porque não participávamos do Conselho no mandato anterior.” Conselheira Maria Emília Borges e Borges: “Eu vou me abster também por não ter feito parte da última reunião.” Conselheira Marilene Fabri Lima: “Eu me abstenho por não ter participado da última reunião.” Conselheiro Carlos Eduardo Lopes: “Pela abstenção por ausência na última reunião.” Conselheiro Ronaldo Costa Sampaio: “Eu me abstenho por não estar presente no Plenário.” **6) DIÁLOGO DA COMISSÃO DE ÉTICA COM OS CONSELHEIROS. Apresentação: Comissão de Ética da SEMAD.** Foi apresentado ao Plenário do COPAM, por meio de vídeo institucional, o trabalho realizado pela Comissão de Ética da SEMAD, com sua composição, atribuições, objetivos, Código de Conduta Ética do Agente Público, e sobre a atuação e conduta dos conselheiros do COPAM na condição de agentes públicos. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Ana Carolina Andrino de Melo, presidente da Comissão de Ética, colocou a comissão à disposição dos conselheiros. **7) REGIMENTO INTERNO DO COPAM - DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM Nº 247, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022. Apresentação: SEMAD.** Jeiza Fernanda Augusta de Almeida, da SEMAD, fez apresentação sobre o Regimento Interno do COPAM, incluindo as competências das Unidades Colegiadas, funcionamento das reuniões e atribuições dos conselheiros, e colocou-se à disposição, bem como o Núcleo dos Órgãos Colegiados, para esclarecimentos. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. **8) POLÍTICA DE REABILITAÇÃO E SOLTURAS DE ANIMAIS SILVESTRES EM MG. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Adriana Spagnol de Faria, diretora de Proteção à Fauna/IEF, fez apresentação ao Plenário do COPAM sobre a Política de Reabilitação e Solturas de Animais Silvestres em Minas Gerais e as ações desenvolvidas pelo Instituto Estadual de Florestas. Manifestações. Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, Adriana, pela apresentação. Eu só queria fazer um registro, até aproveitando a presença do Lucas, do Ministério Público, da parceria constante que nós temos com a Dra. Luciana nesse tema. Inclusive, recentemente, em uma parceria de avançar na implementação de um Cetas junto com a universidade, em Lavras, através de uma articulação feita com o Ministério Público. Então tem sido um grande parceiro o Ministério Público, através da Dra. Luciana, nessa agenda.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Esse trabalho é excepcional. Parabéns, mais uma vez. Mas me faltou aqui... Norte de Minas, Noroeste, Zona da Mata... Sul de Minas eu não vi citando hora nenhuma. Ou foi falha minha?” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu acabei de mencionar, inclusive, que em uma parceria com o Ministério Público nós estamos iniciando um centro em Lavras.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Perfeito. Mas lá para baixo está isento, está bem distante. É só uma observação minha, eu acho que valeria a pena um alerta a municípios outros. Vejo também clínicas, ONGs, universidades, e não prefeituras se envolvendo nisso. Eu me sinto meio desprestigiado por que não podemos buscar algumas prefeituras para ampliar esse espaço que vocês desejam tanto.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Licínio, eu vou passar a palavra para a Adriana, mas desafio aceito, é só você passar para nós quais municípios querem fazer seus Cetas que nós podemos orientar. Nós temos um trabalho, o IEF faz uma avaliação de demanda, essa avaliação de demanda é feita a partir dos dados de apreensão de animais no Estado de Minas Gerais, e obviamente a questão logística do transporte desses animais para o bem-estar desses animais. E

também, cotizando isso, obviamente, com custo operacional de manutenção desses espaços, que tem custo relativamente importante. A Adriana até mencionou, nós estamos estudando, com o Instituto Estadual de Florestas, e a nossa proposta é fazer um edital, ainda este ano, para a seleção de Oscips para gerenciar esses centros. Porque o gerenciamento é absolutamente dinâmico, a quantidade de animais, também a necessidade de compra de medicamentos, alimentação. São espaços que precisam de funcionamento praticamente 24 horas, todos os dias na semana. E isso também traz alguma demanda de base, de estrutura do Estado e também assim aos municípios que tiverem interesse de, obviamente, avançar e ter essa parceria.” Adriana Spagnol de Faria/IEF: “Com relação às prefeituras, é importante dizer que nós também contamos muito com a parceria delas. Geralmente, esses Cetas do Estado são construídos em terrenos que são doados pela prefeitura. Então nós já contamos muito com essa parceria. Como a secretária Marília colocou, é claro que, se tiver interesse de algum município em ter o seu próprio Cetas, nós estamos abertos também para conversar, para ajudar nos projetos. E, obviamente, a análise, as autorizações também passam pelo IEF. Com relação ao cadastramento que estamos fazendo de entidades que tenham condições de nos ajudar com a demanda relativa aos animais silvestres, nós pretendemos com isso estar atingindo municípios que não tenham ou pelo menos não têm o planejamento de ter um Cetas do Estado lá. Então seriam entidades que nos ajudariam, nos apoiariam nesse recebimento imediato e o tratamento imediato desses animais. E, obviamente, juntamente com essa gestão, o incremento dessa gestão, também o incremento da gestão de transporte desses animais para o Cetas mais próximo. Porque muitas vezes esses animais vêm de alguma apreensão da própria polícia e não têm condições de serem transportados imediatamente para o Cetas, ou o Cetas está em uma localidade mais distante. Então nós entendemos que, com esse cadastramento, e firmando o termo de cooperação técnica com essas instituições, com essas entidades, nós vamos conseguir então suprir essa demanda em todo o Estado de Minas Gerais.” Conselheiro Licínio Eustáquio Mol Xavier: “Na próxima segunda-feira, dia 24, no período da tarde, eu vou estar na Cidade Administrativa. Se houvesse uma possibilidade de conversarmos pessoalmente, eu queria que você abrisse uma agenda para mim.” Adriana Spagnol de Faria/IEF: “O senhor pode entrar em contato. Eu vou estar de férias a partir do dia 24, mas nós procuraremos atender o senhor aqui. Eu peço para que o meu coordenador da área possa atender o senhor.” Conselheiro Fábio Salles Meirelles Filho: “Eu gostei muito do que foi apresentado, parece em uma condição extremamente positiva, inclusive, de se executar o que está planejado. Pode ser até que o IEF tenha esse conceito dele quando vê as áreas prioritárias, se estão adequadas, uma série de situações. Mas eu gostaria, se fosse possível, o Estado também, principalmente no caso do IEF, constar como uma política pública o controle dos animais exóticos, principalmente o javali. Porque ele causa um dano assustador, não é só agricultura, e nós não temos controle desses animais exóticos. E quando você vai soltar animais, se você tem essa região mesmo com uma pequena infestação, esses próprios animais, mesmo que estejam, vamos dizer, pré-habilitados para essa soltura, correm um risco bastante grande. Então eu acho que é uma política que precisava ser implementada no Estado, porque a infestação é no país inteiro, principalmente de animais exóticos. E não só javalis, nós temos essas cobras que vêm da Ásia, esse tipo de situação, e que têm causado bastante dano. Então eu só queria deixar registrado isso. Muito obrigado.” Adriana Spagnol de Faria/IEF: “Com relação a esse controle da fauna exótica, nós estamos trabalhando em uma normativa estadual, porque atualmente trabalhamos com a normativa federal. Então estamos trabalhando na construção de uma Portaria, que vai regulamentar a questão dos criadores em Minas Gerais, e vamos ter normas de regulação com relação à fauna exótica. Com relação à fauna exótica de vida livre, como javali, que o senhor colocou, a competência direta é do Ibama, da União, mas nós estamos participando de reuniões que estão sendo realizadas em nível federal com os Estados para construção de programas de combate a esse tipo de fauna, juntamente com o órgão federal. Inclusive, estamos também atuando em alguns planos territoriais de combate especificamente ao javali em algumas regiões do Estado de Minas Gerais.” Conselheira Ana Paula Bicalho de Mello: “Eu gostaria de ressaltar a fala do conselheiro Fábio. Esse assunto já foi trazido aqui em Plenário, mas eu ressalto a importância tanto do ponto de vista hídrico, ambiental, de sanidade, saúde, segurança e a questão da segurança alimentar também e os danos causados às propriedades rurais também. Nós tivemos uma reunião recente também sobre essa temática, e todos sabem que o javali é uma praga que não tem como mais, já passou do ponto que ela pode ser extirpada. Não tem como. Pela taxa de reprodução altíssima que esse animal tem, ele precisa, sim, ser controlado, porque é uma espécie invasora das mais nocivas, reconhecidamente, nas listas de organismos internacionais relacionados a essa questão de espécies invasoras. Então esse foi um ponto muito importante. Inclusive, a Copasa já teve avistamentos, encontrou javalis aqui em Rio Manso. Então compromete, inclusive, o abastecimento público de água e a saúde das pessoas. Então, bem lembrado, conselheiro Fábio, muito bem lembrado para trazer à luz essa pauta.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Obrigada, conselheira. Só uma observação. Conforme a Lei Complementar 140 e já exposto pela Adriana, essa é uma competência direta do governo federal. Nós temos, inclusive, representação, neste Conselho, do Ministério do Meio Ambiente, que hoje infelizmente está ausente. O IEF tem feito interlocução com o Ministério e com o Ibama nesse tema, mas nós podemos pensar como juntos podemos trabalhar para que as ações do Ibama sejam mais efetivas no controle dessas espécies exóticas. E nós estamos à disposição, inclusive, para dialogar com vocês. Tenho certeza que também existem experiências. Eu e a Adriana estivemos recentemente, inclusive, no Instituto Onça Pintada, conversamos muito com o professor Fabiano, da Universidade Federal de Viçosa, sobre esse assunto, inclusive. E pensarmos como que nós podemos apresentar uma proposta para o Ibama para que essa ação de competência dele se torne mais efetiva e como que o Estado também pode contribuir, mesmo sendo uma competência deles. Então agradeço, Adriana. Mais alguma

complementação?" Adriana Spagnol de Faria/IEF: "É nesse sentido mesmo. Nós já viemos participando de alguns planos territoriais para controle e manejo dos javalis em coordenação do governo federal. Estamos participando de todas as reuniões que o governo federal tem feito relativas a esse tema. Mas de fato podemos conversar e avançar aqui dentro de Minas Gerais em ações de controle dos javalis em Minas Gerais." Conselheiro Fernando Benício de Oliveira Paula: "Eu queria só realmente parabenizar pelo trabalho desenvolvido, que eu acredito que vai suprir a demanda com relação ao resgate de fauna. Mas eu queria observar e fazer um pedido para que todo o equipamento, principalmente de suporte, da Polícia Militar de Meio Ambiente, que é um dos principais agentes de resgate da fauna e flora, que atende prioritariamente as demandas da sociedade, fosse reforçado para que ela também tivesse condições de um atendimento mais rápido, mais célere e mais eficiente, com conforto dos seus servidores, dos policiais que atendem, equipamentos mais modernos. Eu acredito, esse é meu pedido, apesar de saber que o governo vem investindo nesse tipo de equipamento, que esse tipo de assistência deve ser contínua, anual, na reforma e aumento do efetivo e do equipamento da Polícia Militar de Minas Gerais." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada, conselheiro. Até para esclarecer esse ponto, nós temos um convênio com a polícia para desempenho dessas funções de fiscalização ambiental, do qual a fauna também está incluída. O convênio traz recurso, anualmente, de custeio e de investimento. Além disso, nos últimos termos de ajustamento de conduta que nós assinamos com o MP para descaracterização das barragens a montante, alguns equipamentos já foram adquiridos e doados à Polícia Militar para que, de fato, tenha uma condição melhor de desempenhar a função. Porque, como você muito bem disse, é a Polícia Militar, a Polícia Ambiental, o nosso principal braço executivo da fiscalização no Estado de Minas Gerais. E nós viemos fazendo o maior esforço, mesmo considerando as limitações orçamentárias existentes, para que a polícia tenha total condição de execução." Conselheiro Cristiano Ferreira de Oliveira: "Boa tarde, senhores conselheiros. Boa tarde, senhora secretária. Sou o capitão Ferreira, represento a Polícia Militar de Meio Ambiente. Só reforçar mesmo as nossas ações, a capilaridade em todo o Estado. Reforçar essas ações que desempenhamos, esse papel de persecução ambiental em todo o Estado. E nos colocar à disposição para essas ações nos mais longínquos rincões, como falamos. O Estado de Minas Gerais tem uma capilaridade muito grande, o Estado é muito grande, e as demandas realmente são muito crescentes no que tange, principalmente, à fauna. Agradeço pela oportunidade." Presidente Marília Carvalho de Melo: "Obrigada, capitão Ferreira. Mais algum inscrito para este item? Então agradeço aos conselheiros. Adriana, obrigada pela apresentação. Nós tivemos aqui em uma das últimas reuniões, a Adriana até apresentou o nosso plano mais amplo para a gestão de fauna silvestre. Esse é um ponto que temos discutido muito com o Instituto Estadual de Florestas, nós avançamos bastante nos termos de captura, resgate de animais silvestres, apreensão e reabilitação para soltura. E nós queremos muito avançar em uma gestão de fauna mais ampla. Isso é uma parte importante, obviamente, da gestão da fauna silvestre, mas nós temos discutido muito que o indicador de efetivação de uma política de fauna se dá muito em função da diminuição de animais em risco de extinção ou de não deixar que novos animais entrem em risco de extinção. E o IEF está na fase final de elaboração de um projeto de lei também, que encaminharemos ainda este ano para a Assembleia Legislativa, para que tenhamos desdobramento com outras ações mais efetivas de gestão de fauna silvestre." **9) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente suplente Vitor Reis Salum Tavares, subsecretário de Regularização Ambiental, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Leonardo Monteiro Rodrigues

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em exercício e
Presidente do Conselho Estadual e Política Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Monteiro Rodrigues, Secretário de Estado**
Adjunto, em 14/09/2023, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §
1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **73292886** e o código CRC **A7249D07**.

Referência: Processo nº 1370.01.0040862/2023-74

SEI nº 73292886